



## LINGUAGEM POLITICAMENTE CORRETA E A ANÁLISE DE DISCURSO

Loide Andréa Salache<sup>1</sup>

Maria Cleci Venturini<sup>2</sup>

### Introdução

O politicamente correto no que se refere o uso da língua, enquanto regra de expressão oral e escrita na formação discursiva, assim, o tema de nossa investigação está em averiguar o que é a linguagem politicamente correta e quais são as suas implicações, quanto ao não emprego dessa linguagem, na formação discurso.

Os fundamentos teóricos que permeiam o trabalho aqui apresentado são os da Análise de Discurso de orientação francesa, enquanto disciplina de entremeio, a partir da qual discutimos, o que vem a ser a linguagem politicamente correta, no que tange o uso de expressões no contexto social.

### Desenvolvimento

Tendo em vista que para a AD, o estudo da língua está sempre aliado ao aspecto social e histórico, os fundamentos teóricos que embasam o nosso trabalho, são os da Análise de Discurso, de orientação francesa, enquanto disciplina de entremeio, a qual comporta conceitos vindos de autores como Pêcheux, Orlandi, Venturini, Zoppi-Fontana, Possenti, entre outros pesquisadores, que com eles trabalham.

Segundo Pêcheux (1997, p. 79), em “Análise automática do discurso”, o um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas. Dessa forma, é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis, a partir de um estado definido das condições de sua produção.

Orlandi, na obra “*Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*”, a respeito do exposto anteriormente, aduz que:

O texto, visto na perspectiva do discurso, não é uma materialidade fechada embora como unidade de análise ele possa ser considerado uma unidade inteira - pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (o sujeito e a situação), com o que chamamos de exterioridade constitutiva (o interdiscurso, a memória do dizer. (ORLANDI, 1998, p.54).

---

<sup>1</sup> Loide Andréa Salache - Mestranda Letras/UNICENTRO - loideandrea@gmail.com

<sup>2</sup> Dra. Maria Cleci Venturini - Orientadora Mestrado Letras/UNICENTRO - mariacleciventurini@hotmail.com



Com base nessa exposição, o saber linguístico é constituído de um conjunto de práticas discursivas, as quais dizem respeito às instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos, como determinantes das práticas discursivas, destacam Zoppi-Fontana e Venturini.

O discurso é considerado como prática que provém da formação dos saberes, logo, utilizar palavras que por sua vez discriminam uma pessoa, por sua escolha sexual, ou até por sua raça, credo, religião, condição física ou socioeconômica, é cometer um ato classificado no campo do Direito, do ponto de vista jurídico, como injurioso, definido no Capítulo V do Código Penal Brasileiro, Artigo 140, como se mostra, a seguir:

Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

§ 1º - O juiz pode deixar de aplicar a pena:

I - quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

II - no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

§ 2º - Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem: (Incluído pela Lei nº 9.459, de 1997)

§ 3o Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

Pena - reclusão de um a três anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 1997)

(CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940, Artigo 140).

Assim, de acordo com Eni Orlandi (2004, p. 30), não importa se tratamos “de um operário, um presidente, de um pai, etc.”; o discurso proferido com expressões consideradas politicamente (in)corretas, e que identificam um determinado grupo de classe, significam imediatamente ao serem verbalizadas e causam efeito-sentido automático, afetando tanto a posição-sujeito do discurso, quanto mais, aqueles de quem se fala, de quem se menciona, no discurso.

Logo, nossa pesquisa tem como centro a tentativa, por parte de instituições governamentais de legislar em torno do que seria ou não correto em relação à designação/nomeação das minorias. A iniciativa do Estado ocorreu em 2004, quando com o apoio e aprovação da presidência da República quatro órgãos governamentais (Secretária Especial dos Direitos Humanos, Subsecretaria da Promoção, Defesa dos Direitos Humanos e Presidência da Fundação Universitária, de Brasília) organizaram e veicularam o manual do “Politicamente correto e direitos humanos”, no qual Antônio Carlos Queiroz, autor do material, chama a atenção para o modo como sujeitos “formadores de opinião” designam as minorias, segundo ele, acentuando que o manual visa não somente expressões que ofendem as minorias, mas também, os eufemismos que minimizam ou acentuam as diferenças.



O que impulsionou a pesquisa foi o fato de a presidente Dilma, ter sido vaiada no 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência”, realizada em Brasília, no dia 04 de dezembro de 2012 por ter usado a designação “portadores de deficiência”, para referir-se aos presentes no evento. Diante da reação da plateia desculpou-se e substituiu a designação por “pessoas com deficiência”. O acontecimento motivou a matéria intitulada “Politicamente correto: pressão das minorias modifica a linguagem?”, de autoria de Vanessa Fogaça Prateano e publicada no caderno “Vida Cotidiana”, p. 09, do Jornal Gazeta do Povo, no dia 6 de dezembro de 2012, sinalizando para a preocupação da formação social como um todo, pois a tentativa de gerenciamento da linguagem por parte de órgãos governamentais deu visibilidade a divisão da sociedade em classes e a tentativa de gerenciamento da língua por parte de Aparelhos ideológicos de Estado. Filiamos a Análise de Discurso e o que sustenta nossas discussões e o fato de a língua, definida por Saussure, no CLG, “como um sistema de regras” não da conta da linguagem como prática social, pois o seu funcionamento e o sentido das palavras escapa ao gerenciamento e a univocidade, por ligar-se a sujeitos inscritos em formações discursivas, como o lugar material da ideologia e do atravessamento inconsciente.

Nossa questão diante do manual e de sua circulação é: que discursos e memórias sustentam a impossibilidade de engessamento do sentido das palavras e inviabilizam a higienização da língua pelos manuais? A materialidade a partir da qual respondemos a nossa questão é a apresentação do manual, destacando a partir dos recortes realizados como argumentos que encaminham para um discurso deslizam, instaurando o equívocos e o contraditório, especialmente, porque o que era para impedir o preconceito chamou a atenção para o seu funcionamento social, acentuando as diferenças e a divisão da sociedade em classes de prestígio e as estigmatizadas.

Assim, analisar a linguagem do movimento expressivo politicamente correto, é investigar o funcionamento ideológico da língua, a partir do reconhecimento desses grupos de classes, essas expressões passaram a ser consideradas como politicamente incorretas, tendo em vista que esses grupos de classes começaram a ganhar expressividade na vida política e social do Brasil.

Assim, segundo o estudioso Sírio Possenti, em seu artigo “*A linguagem politicamente correta e a análise do discurso*”, o movimento da introdução social da linguagem politicamente correta, inclui em especial o combate ao racismo e ao machismo, à pretensa superioridade do homem branco ocidental e à sua cultura, pretensamente racional, logo, o movimento vai tentando alterar o vocabulário e extinguir o comportamento, relativo a qualquer grupo discriminado, dos velhos ao canhotos, dos carecas aos baixinhos, dos fanhos aos gagos, enfatiza o renomado docente.

Destarte, a ideologia constitui conceito fundamental para a análise de discurso, pois, estabelece um elo entre o linguístico, ao sócio-histórico. Nesse contexto, a linguagem é o instrumento essencial do sujeito e comporta as representações e os implícitos ideológicos, decorrentes das condições de produção dos discursos, ressalta Pêcheux, nessa passagem:

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico sintaticamente determinada) de pontos de derivação possível, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso. (PÊCHEUX, 1997, p. 53).

A escritora Orlandi (1996, p. 58), menciona que quando uma palavra significa é porque a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta e que a provê de realidade significativa. Assim, proferir expressões consideradas politicamente (in)corretas, na verdade, estamos no rol da discursividade de um acontecimento e o discurso acontece sempre no interior de uma série de outros discursos, com os quais se estabelece relações e deslocamentos, por isso, o objeto da AD deve ser essa interdiscursividade, se transformando em tecidos de memórias, os quais produzem os sentidos em um momento histórico, envolvendo os sujeitos desses acontecimentos. Cita, Pêcheux, nesse raciocínio:

O discurso não é um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele rompe (...) só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação e re-estruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 1997, p. 56).

Segundo estudos elaborados por Pêcheux, (1997, p. 149), "só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos", assim, conforme expressa o referido autor, podemos relatar que a formação discursiva se estabelece em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determinando "o que pode e o que deve ser dito".

Portanto, a formação do sujeito e o seu discurso imediatamente proferido, são resultantes do processo histórico e social, que ele está inserido. Sendo que é esse processo histórico-social que determina as constituições e contradições, tanto do sujeito quanto do sentido, sendo que é no processo discursivo que o sentido e sujeito, se constituem, assim o sujeito se configura como uma unidade de valor, que se insere em uma lógica discursiva, por meio de uma abordagem da formação do discurso, no uso da linguagem considerada politicamente correta.

### 3 Considerações finais

A partir desse *corpus* nosso objetivo foi buscar os traços de identificações na atualidade, onde não há, aparentemente, qualquer sociedade onde mulheres e homens recebam um tratamento equitativo, quando pertencentes a um determinado grupo de classe, como negros, gays, mulheres, pessoas com deficiência, entre outros, sem lutarem pelos seus direitos de pertencerem a um grupo



de classe específico, dignamente, que não se constate uma discriminação generalizada para elas, em determinados âmbitos sociais.

Assim, o sujeito na análise do discurso é atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente, o que produz não mais um sujeito uno, mas sim um sujeito descentrado, sendo determinado pela formação discursiva na qual o sujeito está inscrito, pois ele é social e interpelado pela ideologia.

Portanto, a formação do sujeito e o seu discurso imediatamente proferido, são resultantes do processo histórico e social, que ele está envolvido. Sendo que é esse processo histórico-social que determina as constituições e contradições tanto do sujeito quanto do sentido, sendo que é no processo discursivo que o sentido e sujeito, se constituem, assim o sujeito se configura como uma unidade de valor, que se insere em uma lógica discursiva, por meio de uma abordagem da formação do discurso.

## REFERÊNCIAS

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. "Objetos paradoxais e ideologia." In: FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; SANTOS, Elmo José dos. Estudos da Língua(gem). Michel Pêcheux e a Análise do Discurso / Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Nº 1 (Jun., 2005). - Vitória da Conquista: Edições UESB, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. Texto não publicado. 1995.

\_\_\_\_\_, Eni Puccinelli. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ, Vozes Editora. 2ª edição. 1998.

\_\_\_\_\_, Eni Puccinelli. Sujeito & Discurso. São Paulo: Editora da PUC-SP (Série Cadernos PUC – 31).1988.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do discurso. Trad. Eni Orlandi. 3ª. Ed. SP: Editora da Unicamp, 1997.

POSSENTI, S. (1994). "Sobre a linguagem politicamente correta". Comunicação apresentada no I Congresso Internacional da Abralín. Salvador. BA.

VENTURINI, Maria Cleci. Imaginário urbano: espaço de rememoração/comemoração. Passo Fundo: UPF editora, 2009.

Fontes digitais:

Site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm), acesso em 09/01/13, às 11h15min.

Site: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/download/1016/1127>, acesso em 10/01/13, às 10h35min.